

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.239 - SP (2018/0246115-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTEVAO LUIZ PETRICHE PINHO
AGRAVANTE : INES MARIA OLDERS PETRICHE PINHO
ADVOGADOS : LUCIANE DE MENEZES ADÃO E OUTRO(S) - SP222927
ALFREDO DE PAULA LEITE FERRAZ - SP366742
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSÉ ADÃO FERNANDES LEITE E OUTRO(S) - SP085526
INTERES. : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ESTEVÃO LUIZ PETRICHE PINHO e INÊS MARIA OLDERS PETRICHE PINHO contra decisão denegatória do recurso especial fundado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nas razões do nobre apelo, os ora agravantes sustentam: a) omissão do acórdão recorrido; b) incidência do Código de Defesa do Consumidor; c) impossibilidade de capitalização de juros e utilização da tabela *price*; e d) ilegalidade da cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial (CES).

É o relatório. Decido.

Capitalização de juros e utilização da Tabela *Price*:

Nos termos dos arts. 1.021 e 1.030, § 2º, ambos do Código de Processo Civil, é cabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 1.030, inciso I, "b", do mesmo Código Processual.

Nesse sentido, confira-se o enunciado n. 77 do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, aprovado na I Jornada de Direito Processual Civil, publicado em 1º de setembro de 2017:

ENUNCIADO 77 – Para impugnar decisão que obsta trânsito a recurso excepcional e que contenha simultaneamente fundamento relacionado à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral (art. 1.030, I, do CPC) e fundamento relacionado à análise dos pressupostos de admissibilidade recursais (art. 1.030, V, do CPC), a parte sucumbente deve interpor, simultaneamente, agravo interno (art. 1.021 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos recursos repetitivos ou repercussão geral e agravo em recurso especial/extraordinário (art. 1.042 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos fundamentos de inadmissão por ausência dos pressupostos recursais.

Incabível, assim, o agravo em recurso especial para discutir a inadmissibilidade do apelo nobre no que tange à capitalização dos juros e tabela *price*.

Diante disso, no ponto, o presente recurso não merece ser conhecido.

Incidência do Código de Defesa do Consumidor:

Acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, o Tribunal de origem assinalou que “o contrato foi assinado anteriormente à entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, não se lhe aplicando suas disposições, portanto.” (fl. 842.)

Decidiu em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SFH. CONTRATO DE MÚTUO ANTERIOR A 1990 SEM COBERTURA PELO FCVS. SALDO DEVEDOR. PREVISÃO EXPRESSA. RESÍDUO. RESPONSABILIDADE. MUTUÁRIO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos contratos de mútuo habitacional celebrados perante o Sistema Financeiro Habitacional - SFH é exigível dos mutuários o pagamento dos resíduos dos saldos devedores existentes, até sua final liquidação, quando ausente a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (cf. REsp n. 1.447.108/CE, Segunda Seção, Relator o Ministro Villas Bôas Cueva, DJe de 24/10/2014, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC).

2. O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), assentou a compreensão de que a norma consumerista não se aplica aos contratos de financiamento habitacional celebrados antes de sua entrada em vigor, como na espécie, cuja data de assinatura é de 29/10/1988.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 565.836/AL, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 4/12/2014.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. MÚTUO HABITACIONAL. CONTRATO CELEBRADO EM 1989. APLICAÇÃO DO CDC. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. CRITÉRIO DE AMORTIZAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. DESNECESSIDADE.

1. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos contratos do SFH em que haja a cobertura do FCVS, tampouco àqueles celebrados antes da entrada em vigor da Lei 8.078/90. Precedentes.

2. "Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação" (Súmula 450/STJ)

3. Os juros de mora devem ser aplicados a partir da citação.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no AgRg no REsp n. 1.075.721/PR, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 6/12/2013.)

Incide, no caso, a Súmula n. 83 do STJ.

Omissão do acórdão recorrido e Coeficiente de Equiparação Salarial (CES):

Nesses pontos, os agravantes deixaram de indicar, de forma inequívoca, os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão impugnado, o que caracteriza deficiência na fundamentação recursal, a teor da Súmula n. 284 do e. Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ante o exposto, **conheço parcialmente do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos no § 2.º do referido dispositivo legal, bem como a eventual concessão da gratuidade de justiça.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente